

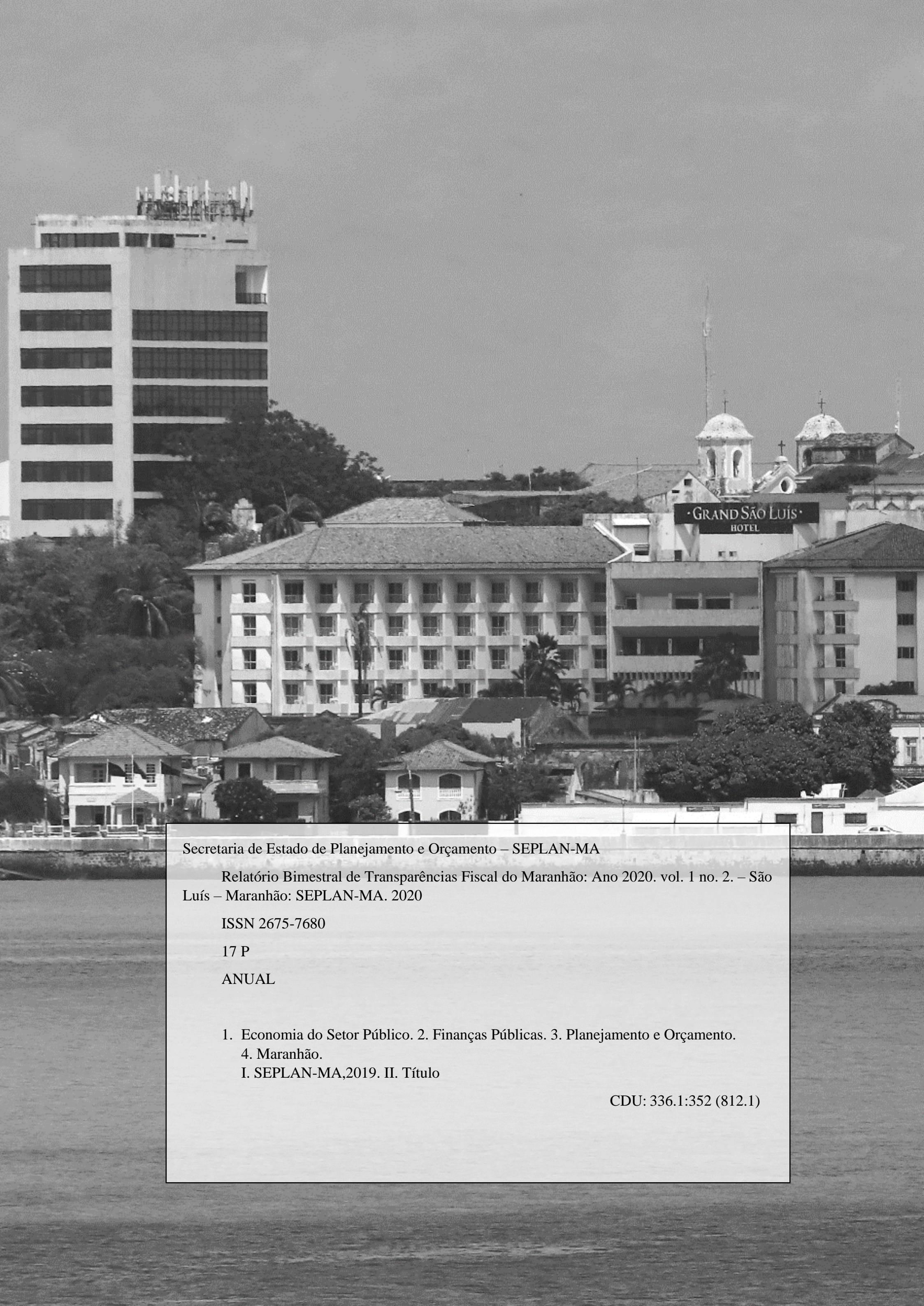
Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

3º bimestre de 2020



Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2020. vol. 1 no. 2. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2020

ISSN 2675-7680

17 P

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento. 4. Maranhão.
- I. SEPLAN-MA,2019. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

SUPERINTENDÊNCIA DO TESOURO

Maria das Graças Campos da Cruz

Superintendente do Tesouro

SUPERINTENDÊNCIA DA CONTABILIDADE

Tânia Regina Gonçalves Silva

Superintendente da Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DA DÍVIDA PÚBLICA

Maria Lenir Cordeiro

Superintendente da Dívida Pública

COORDENAÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

APOIO TÉCNICO:

Danilo Soares Serra Gaios

Jacksson dos Santos Pereira

Kelisson de Souza Nogueira

Matheus Pedrosa Carneiro da Silva

Nara dos Santos Web

REVISÃO:

Kelisson de Souza Nogueira e Marcelo de Sousa Santos

REVISÃO TÉCNICA:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

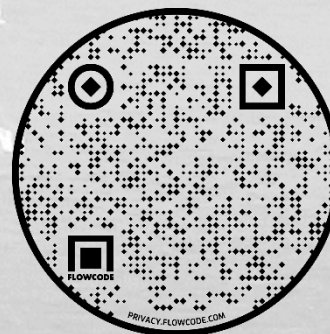
EDITORACÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie_slz](#))





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um novo produto da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi), objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em especial, aquelas atinentes ao acompanhamento da performance das receitas quanto ao que foi orçado e o que foi realizado nos bimestres e, concomitantemente, ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam na economia maranhense, contemplando uma análise Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade de fatores exógenos às contas públicas e atividade econômica nacionais e do Estado do Maranhão.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para a sociedade explanando sobre as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e as expectativas orçamentárias e financeiras do Estado. O Cenário das Finanças Públicas resume, brevemente, o setor público Nacional e dá enfoque nos resultados do Maranhão. Do lado das Receitas maranhenses, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior, bem como a Lei Orçamentária Anual (LOA), identificando as frustrações ou saldos orçamentários positivos. Pelo lado das Despesas, para o mesmo período, são realizadas análises visando a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, assim como as principais despesas do Estado.

Boa leitura!



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Sumário

1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR.....	6
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO	7
a. Cenário Internacional	7
b. Cenário Nacional.....	9
c. Cenário Estadual	11
3. Cenário das Finanças Públicas	12
I) Resultado Primário do Governo Central	12
II) Finanças Públicas Maranhenses.....	13
a. Receitas.....	13
i. Receitas de Transferências.....	14
ii. Receitas Tributárias	14
iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	15
b. Despesas	16
TÓPICOS EXTRAS	17



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O 3º bimestre apresentou a maior frustração de receitas em 2020

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 3º bimestre de 2020 demonstra, como elemento principal, as frustrações de receitas decorrentes da queda da atividade econômica agravada pela pandemia do novo coronavírus. Em especial, no Maranhão, o terceiro bimestre foi o que apresentou o resultado mais negativo do ano até o momento, sendo o mês de maio aquele com a pior performance, visto que este período representou o auge do isolamento social no Estado.

A análise do cenário macroeconômico demonstra que, à exceção da China, as Economias Avançadas, a Zona do Euro, os Estados Unidos, o Japão, os Mercados Emergentes e o Brasil sofrerão reduções significativas dos seus Produtos Internos Brutos (PIB). As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam queda de 4,9% para a economia mundial, enquanto no Brasil estima-se retração de -9,1%. No 2º trimestre de 2020 a redução do PIB brasileiro foi de 2,2%. Para o Maranhão, as projeções do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) indicam retração de 8,0% para o PIB em 2020. É esta quadra adversa que se coloca como pano de fundo dos resultados atinentes às finanças públicas que estão apresentados neste RTF do 3º bimestre.

No que concerne aos números do Governo Central, a queda da receita no 3º bimestre de 2020 foi de 32,2%, representando redução, em termos absolutos, de R\$ 74.553,5 milhões. Como consequência, o resultado primário consolidado da União que, de janeiro a junho de 2019, foi de R\$ -29.310,7 milhões, atingiu, no mesmo período de 2020, déficit de R\$ 417.352,3 milhões. Como implicação deste cenário, os entes subnacionais foram diretamente afetados com a escassez de receitas, sobretudo aqueles que ainda são dependentes de repasses do Governo Federal, a exemplo do Maranhão.

No plano estadual, considerando os dois meses que compõem este bimestre, comparativamente ao mesmo bimestre de 2019, as receitas totais apresentaram redução de 3%. Vale ressaltar que em junho houve repasse da primeira parcela do auxílio previsto na Lei Complementar Federal nº 173. Mesmo assim, não foi suficiente para evitar as frustrações de receitas. O RTF, ao demonstrar os números das principais rubricas de receitas na seção sobre as finanças, deixa claro o forte impacto da pandemia na arrecadação tributária e nas transferências do Governo Federal.

Em relação às receitas administradas pelo Estado, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) que possui maior participação nos impostos, houve redução, no 3º bimestre, de 22,5%. No tocante às receitas oriundas do Governo federal, vale destacar a retração de 28,4% do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Importante frisar que essas duas fontes de recursos têm participação relevante no financiamento das políticas públicas estaduais.

No item [a.iii](#) da seção sobre as finanças públicas do Maranhão é apresentado um comparativo entre as receitas previstas e as receitas realizadas por bimestre. O resultado do 3º bimestre evidencia o volume de R\$ 443,7 milhões de frustração, indicando a necessidade de, por um lado, ajustes nas despesas e, por outro, de recebimento de recursos via auxílio federal. Sobre este aspecto, vale ressaltar que, na comparação entre o 3º bimestre de 2020 e o de 2019, houve redução de 12% das despesas, sobretudo nos gastos com serviço da dívida, custeio e investimentos.

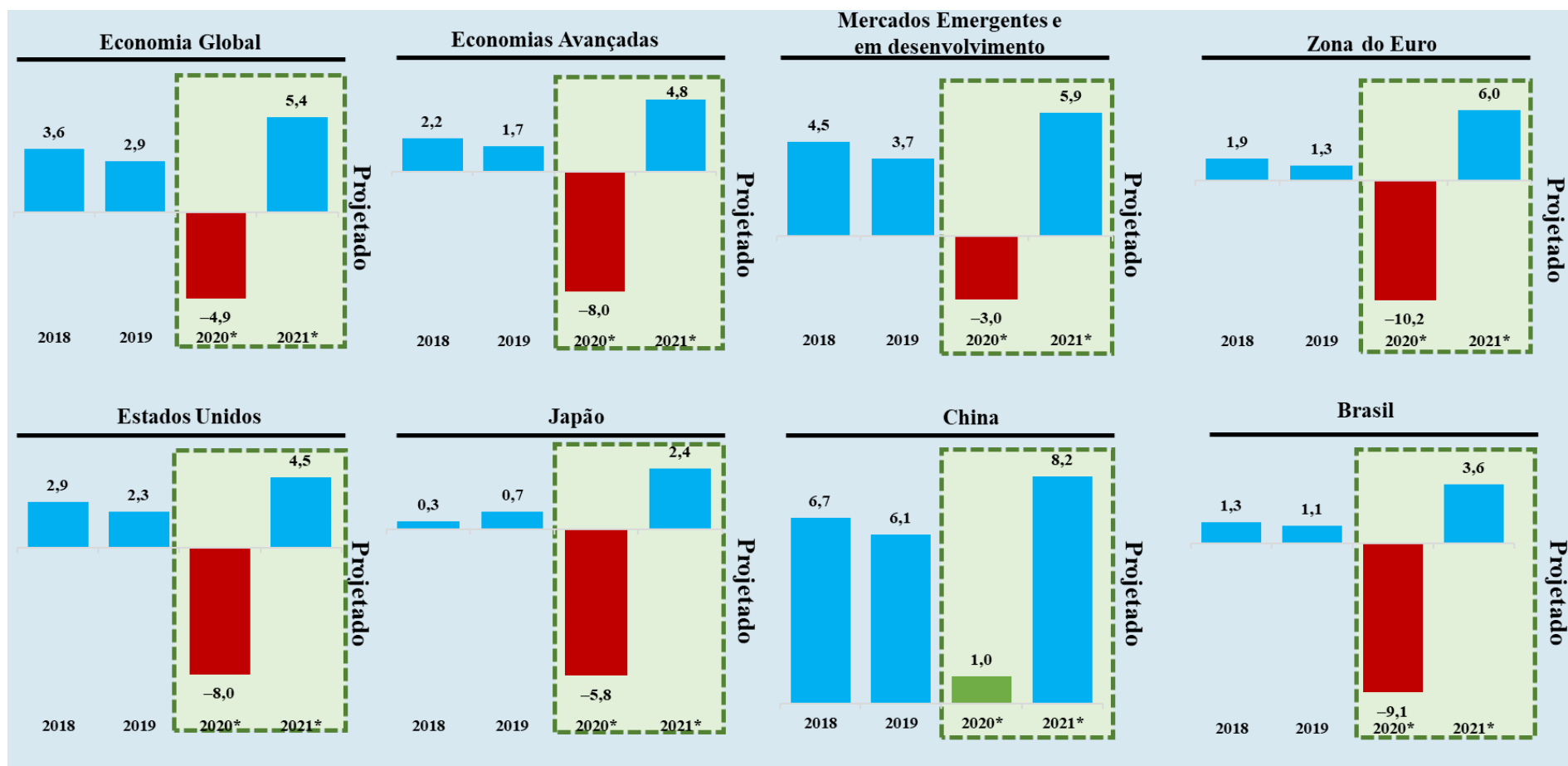
Por fim, o RTF deste bimestre inova ao apresentar um panorama dos auxílios oriundos do Governo Federal no âmbito da Lei Complementar nº 173 e da Medida Provisória nº 938. A primeira, destinada a cobrir perdas de arrecadação própria dos estados e a segunda para equiparação dos valores recebidos através do FPE àqueles praticados em 2019. Caso a arrecadação estadual não apresente uma retomada significativa no curto prazo - chamada por muitos de “recuperação em V” – é provável que o cenário fiscal apresente deterioração. Afinal, os recursos recebidos via auxílio (LC nº 173) são oriundos de emissão monetária e não produto da atividade econômica.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

a. Cenário Internacional

Fonte: FMI. World Economic Outlook, June 2020.



A crise da pandemia do novo coronavírus fez com que as estimativas de crescimento econômico do mundo fossem revisadas para baixo no ano de 2020. Com exceção da China, os principais países deverão apresentar quedas vertiginosas no PIB no ano corrente, não obstante o fortalecimento de políticas keynesianas de embate anticíclico para atenuar os desgastes de demanda provocados pelo isolamento social.

A grande interconexão das Cadeias Globais de Valor em um momento de crise mundial fez com que a maior parte dos países sofressem perdas conjuntas no volume de comércio internacional. Estas perdas deverão ser ainda mais significativas nos países com grande conectividade produtiva. Os bens de capital (máquinas e equipamentos) e os bens intermediários (peças, commodities energéticas) são os mais impactados.

Os produtos mais afetados foram os atrelados a novos investimentos, pois as incertezas quanto aos reais impactos da crise e sua duração se traduziram em redução da renda e aversão ao risco, consequentemente, dos investimentos, o que também derrubou substancialmente as bolsas de valores até o mês de março. No restante do primeiro semestre de 2020 houve recuperação gradual, sinalizando o otimismo – em parte atinente a resultados de políticas anticíclicas e, em parte, devido a contenção da pandemia acoplada com a esperança da produção rápida de uma vacina contra a COVID-19. Isso justifica a redução na comercialização de bens de capital e as transformações no fluxo de capitais internacionais.

Com efeito das mudanças de fluxo de comércio, da incerteza e consequente migração de capitais, a valorização do dólar em relação à outras cestas de moedas aceleraram, sobretudo em países emergentes. Os investidores receosos optaram por ampliar a migração financeira que vinha ocorrendo desde meados de 2019 – isto é, sair de países emergentes para países mais seguros em termos de risco-retorno.

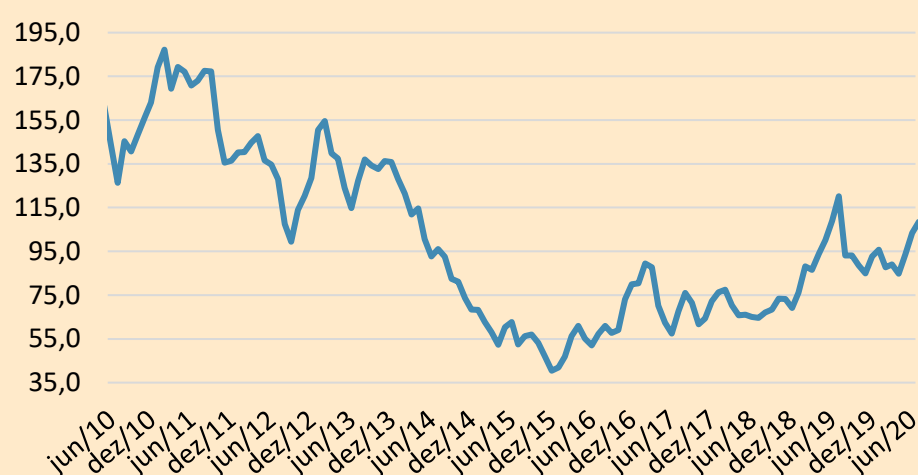
No caso do Brasil, a depreciação da moeda nacional foi ainda mais forte, pois além dessas incertezas globais, o país atua com uma das menores taxas de juros da história brasileira, o que tornou a relação Risco-Brasil com outros emergentes e os países avançados menos rentável aos investidores.

Por uma ótica menos pessimista, a depreciação da moeda nacional tornou-se útil para conter os efeitos negativos atinentes aos preços internacionais das *commodities* que, em sua maioria, desvalorizou durante o auge da pandemia. A pauta de *commodities* agrícolas e mineral, dessa forma, pôde manter os seus bons rendimentos quando traduzidos no mercado interno, que foram igualmente favorecidos pela, até então, “controlada” taxa de inflação.

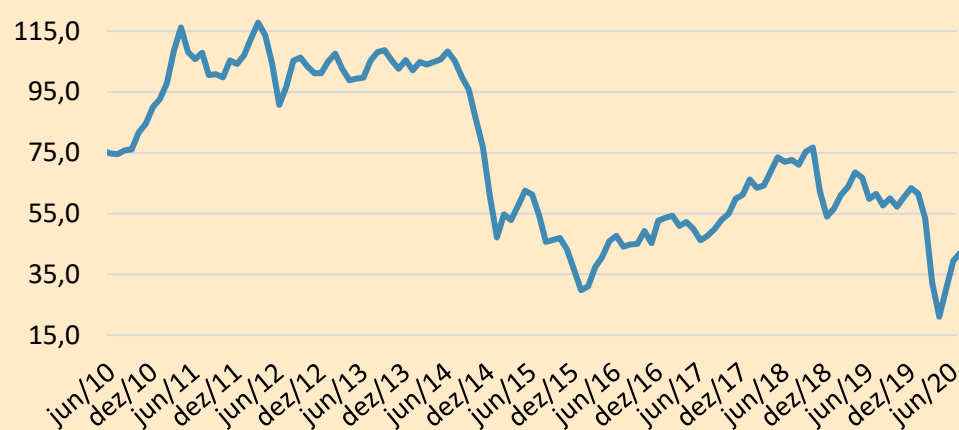


PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* PARA O BRASIL E MARANHÃO

Preço Médio da Tonelada Métrica Seca de Minério de Ferro de jun/2010 até jun/2020



Preço médio da Cotação do Petróleo Brent/bbl de jun/2010 até jun/2020



Preço Médio da Tonelada de Alumínio de jun/2010 até jun/2020



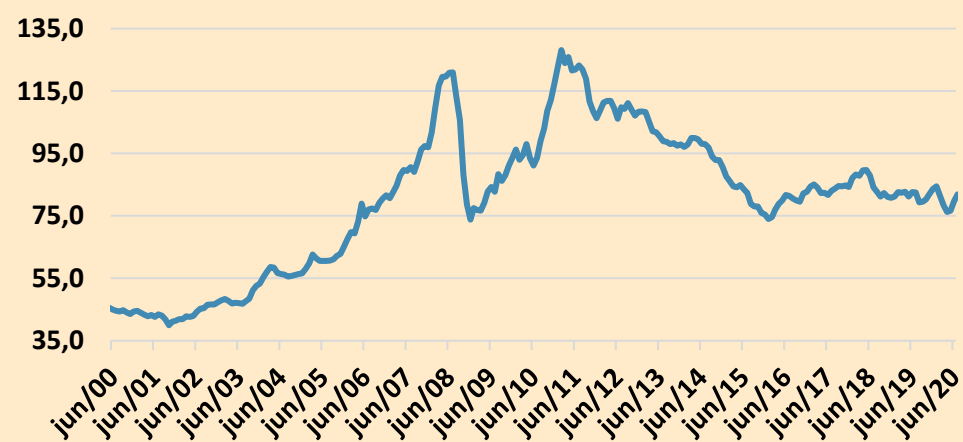
Preço Médio da Soja em Grãos de jun/2010 até jun/2020



Índice de Preços (Laspeyeres) Commodities Energéticas



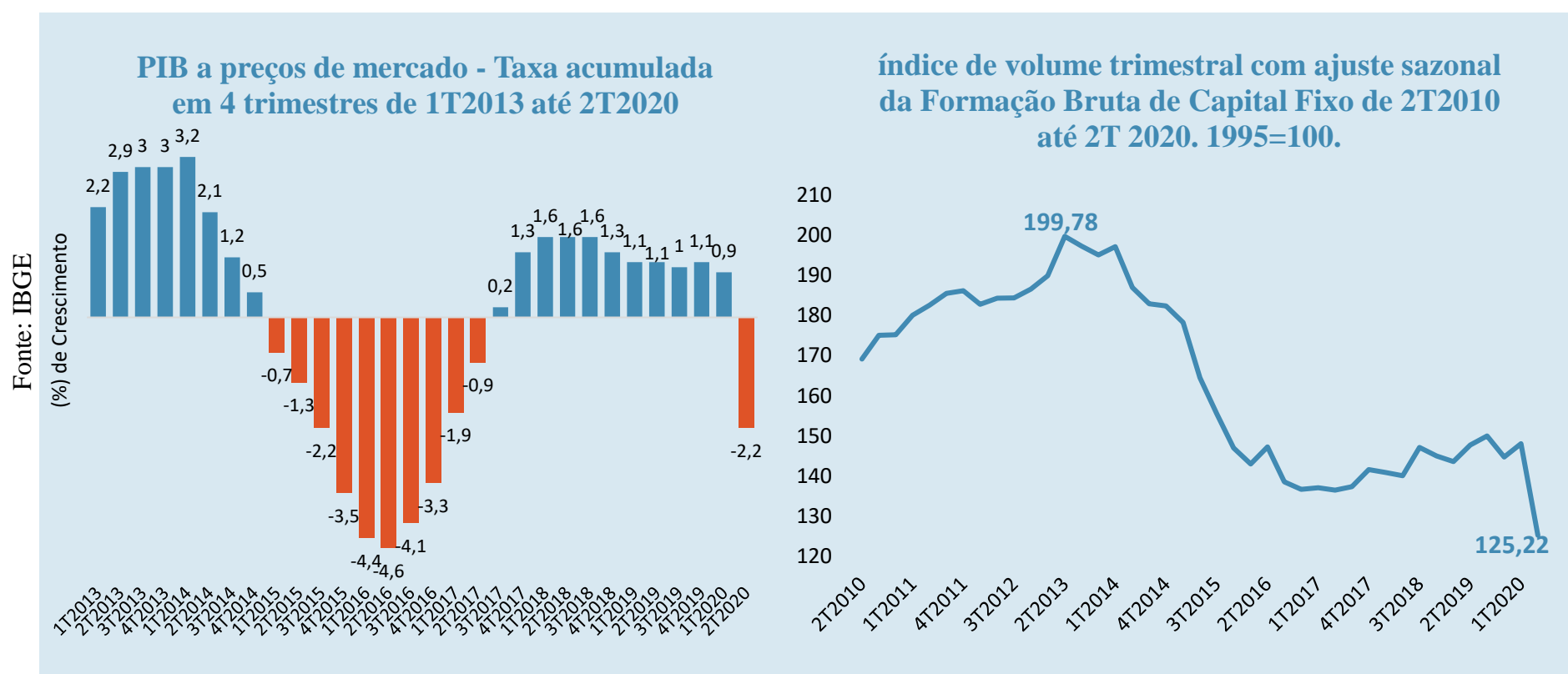
Índice de Preços (Laspeyeres) Commodities Não Energéticas



Fonte: World Bank – Junho/2020



b. Cenário Nacional



No panorama Nacional, a atividade econômica caminha conforme o restante do mundo e o grande impacto da pandemia pode ser visto nos resultados para o PIB acumulado do segundo trimestre de 2020. As expectativas de mercado do [Relatório Focus do Banco Central](#)¹ apontam queda de 6,25% enquanto entidades internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional permeiam em variações de -8% e -9%.

O aumento das incertezas, a baixa na taxa de juros, a volatilidade cambial e a ampliação do déficit das contas públicas ameaçam a manutenção e a atração de investimentos internos e externos no país. Apesar da inflação, até então controlada pelo baixo crescimento econômico, as oscilações nos preços dos alimentos e a possível retomada dos preços do petróleo já ameaçam um processo de maior inflação para 2021 e 2022.

Em caso de alta inflacionária, o Governo Central, possui margem para elevação das taxas de juros como medida paliativa em eventual crescimento da demanda. Contudo, não dispõe de armas suficientes para enfrentar eventuais pressões de oferta, a exemplo do *pass through* cambial e da alta de preços internacionais.

As medidas adotadas para atenuar a crise do novo coronavírus no país foram paliativas e de resultado imediato, dando assistência aos Estados e Municípios em casos de perdas de

transferências constitucionais e de arrecadação tributária, além de permitir a renegociação de dívidas internas e externas e demais recursos voltados para a saúde. No âmbito dos auxílios emergenciais à população, o Governo Central liberou inicialmente recursos para famílias vulneráveis (R\$ 83,4 bilhões) e empresas - manutenção de empregos (R\$ 59,4 bilhões) totalizando no montante de R\$ 147,3 bilhões.

Embora essas medidas tenham servido para atenuar o efeito-pandemia, os elevados gastos não suprimiram todo o impacto e não catalisam mudanças estruturais no país, elevando o déficit público drasticamente ao ponto de restringir ainda mais os investimentos e diluir a margem de ação das políticas públicas nacionais. Além disso, o consumo das famílias caiu vertiginosamente, o nível de endividamento subiu drasticamente e a taxa de desocupação continuou crescente retornando ao patamar de 2017.

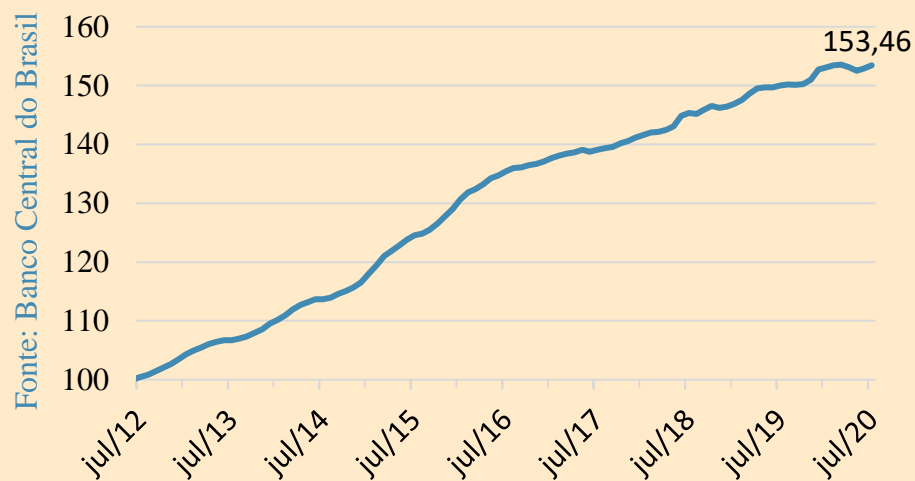
As reformas prometidas pelo Governo Central - que estão sendo trabalhadas desde 2019 - visando possível melhoria do panorama político-institucional, administrativo, fiscal e tributário do Brasil não estão se concretizando conforme suas propostas iniciais, o que desgasta politicamente o atual Governo, cujo apoio vem sendo mantido por suas medidas de curtíssimo prazo, como as de auxílio emergencial.

¹ De 26 de junho de 2020.

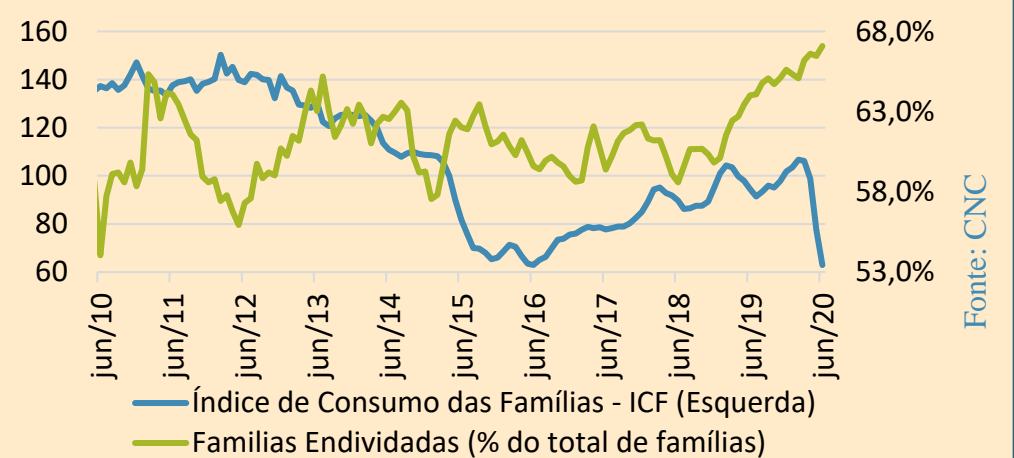


PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

**IPCA acumulado mensal de Jul/2012 até
Jul/2020. Base jun/2012=100**



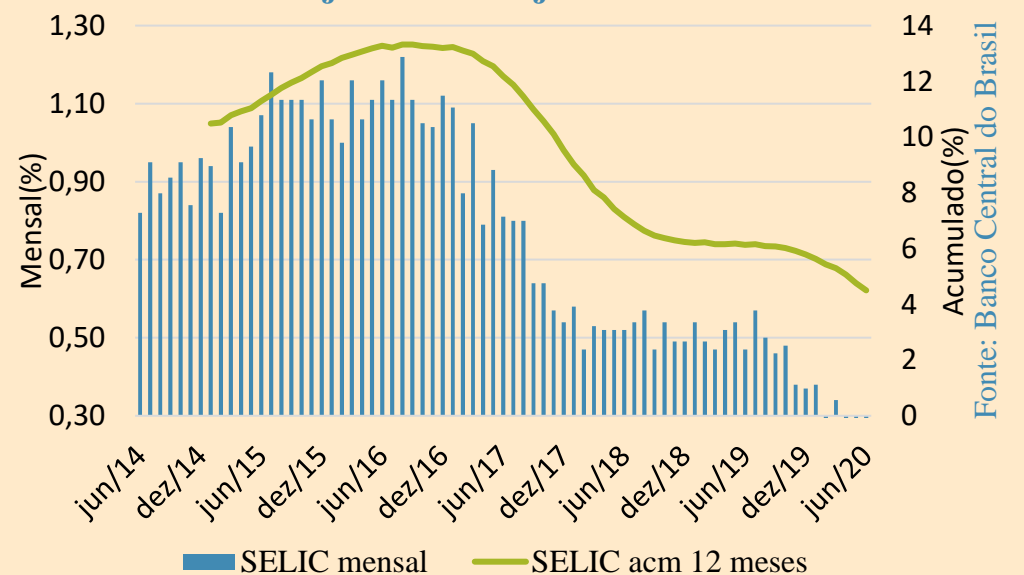
**Índice de Consumo das Famílias e % de
Famílias Endividadas de jun/2010 até
jun/2020**



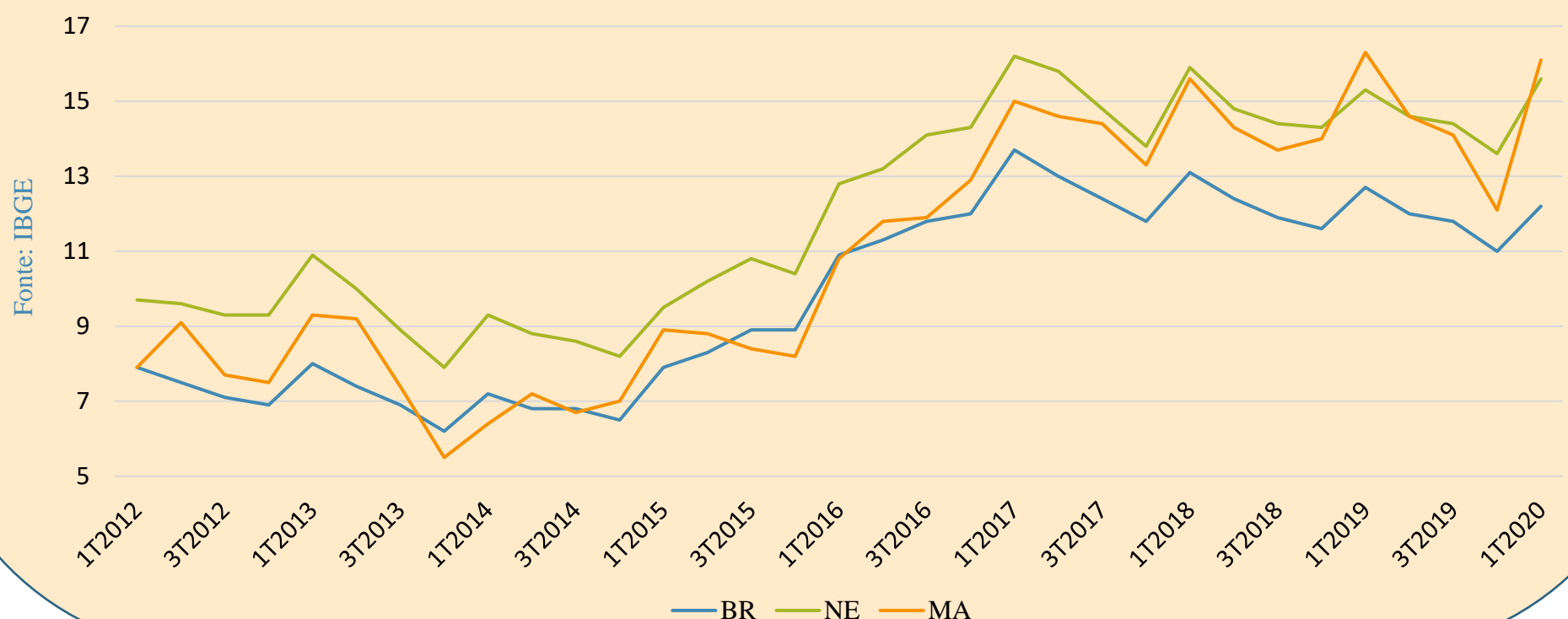
**Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano
(venda) - diário - u.m.c./US\$ de 30/jun/98
até 30 de jun /2020**



**Taxa Selic Mensal e Acumulada 12 meses de
jun/2014 até jun/2020**

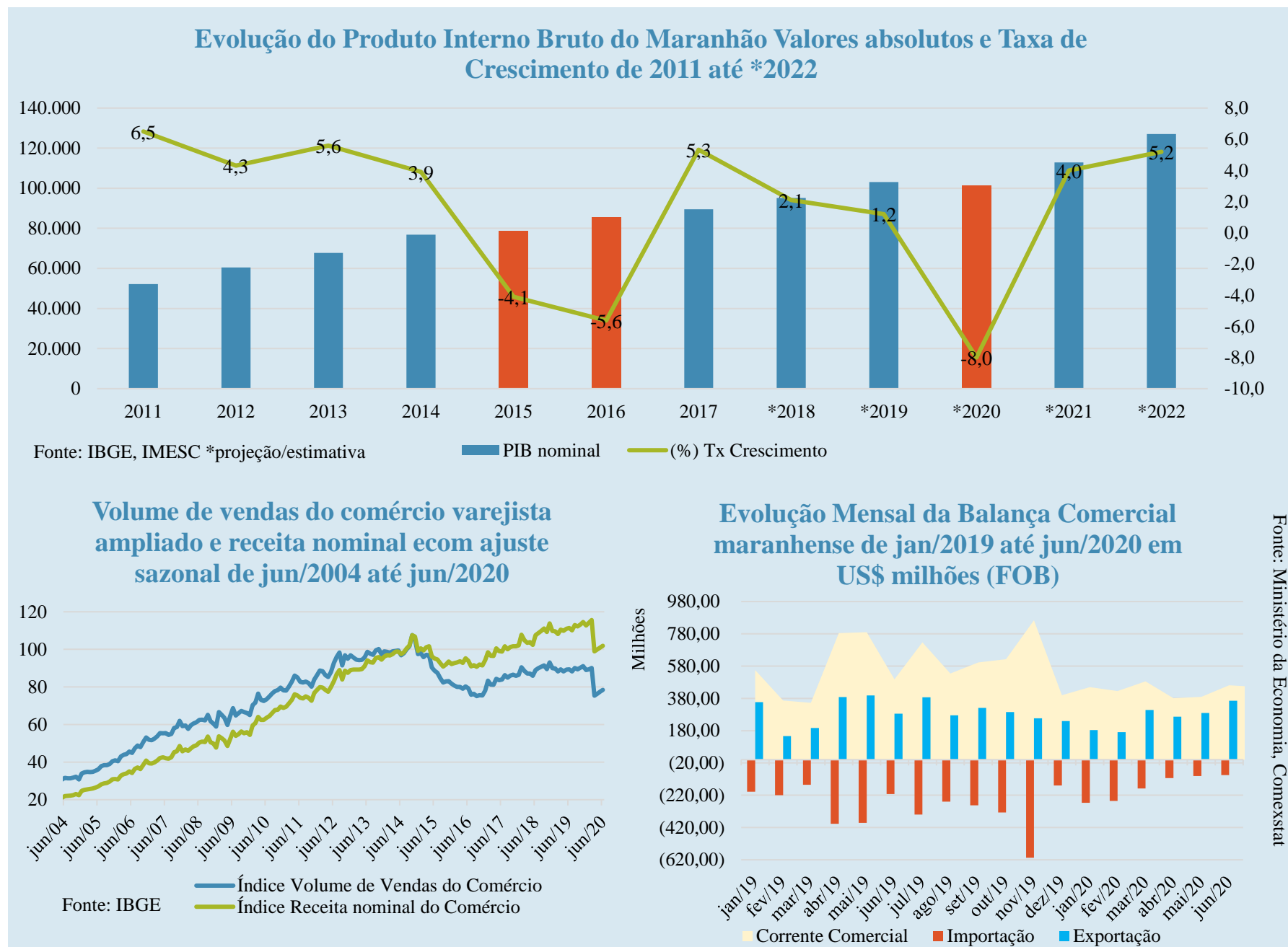


Taxa de Desocupação do Brasil, Nordeste e Maranhão de 1T2012 até 1T2020





c. Cenário Estadual



O choque no mercado de trabalho oriundo da pandemia da Covid-19 foi muito mais forte nas regiões carentes. Dessa forma, os Estados do Nordeste, em especial o Maranhão, foram mais impactados do que a média Nacional. As perdas relativas ao mercado interno acabaram se avolumando no que diz respeito a atividade econômica – reiterando a importância dos auxílios emergenciais do Governo Federal nessas regiões.

No último [Boletim de Conjuntura](#) do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), estima-se que o comércio varejista ampliado deverá cair; -7,3%; o setor de serviços, -10,6%; e a Indústria, puxada pela construção civil, -4,7%. Nesse cenário, o único Setor positivo estimado pelo Instituto é a Agropecuária, que deverá registrar alta de 6,5%.

A pandemia, em termos gerais, afetou menos as *commodities* agrícolas por que a demanda mundial por alimentos não se alterou significativamente em relação aos bens essenciais, e, no caso específico brasileiro, a elevação das taxas de câmbio é fator favorável para aumento da produção voltada para exportação, beneficiando no país, e no Maranhão, os produtores agrícolas, sobretudo de soja e milho.

A elevação do câmbio também favoreceu as exportações maranhenses de Ferro, Alumina Calcinada e Pasta de Celulose. Os dois primeiros produtos têm como mercado os Estados Unidos e a China, sobretudo por terem ampliado a demanda pela mercadoria através de políticas keynesianas de investimentos em infraestrutura – que vinham ocorrendo antes mesmo da pandemia. A pasta de celulose, apesar da elevação do comércio eletrônico, depreciou de maneira drástica em função da perda de demanda industrial, especialmente da China. O Maranhão, mesmo com a quantidade exportada quase constante no comparativo entre os semestres (2020/2019), registrou perda de US\$ 206,4 milhões (-43,8%). Contudo, a apreciação cambial deverá mitigar os impactos negativos às empresas do Setor.

Apesar dos impactos das maiores empresas no Maranhão serem abrandados pela alta do câmbio, estas não deverão ampliar ou realizar seus orçamentos para investimentos em 2020, podendo retardar a possível retomada do nível de emprego. Ressalta-se que o câmbio exerce pressões em empresas que dependem da importação de mercadorias, como é o caso das Construtoras (devido ao *clinker* da indústria de cimento), das empresas agropecuárias (fertilizantes) e das dependentes de combustíveis.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

3. Cenário das Finanças Públicas

I) Resultado Primário do Governo Central

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL (EM MILHÕES DE REAIS)

Discriminação	3º Bimestre		Jan-Jun		Var. Absoluta	Var. %
	2019	2020	2019	2020	3º bimestre	3º bimestre
I. RECEITA TOTAL	231.294,6	156.741,0	765.485,6	658.430,3	-74.553,5	-32,2
I.1 Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	140.451,6	94.865,9	481.189,0	418.845,7	-45.585,7	-32,5
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	-137,5	0,0	-137,5	-137,5	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	65.460,4	42.250,6	194.685,0	162.348,0	-23.209,8	-35,5
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	25.382,6	19.762,0	89.611,6	77.374,1	-5.620,5	-22,1
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	48.050,7	37.766,8	140.910,6	131.538,8	-10.283,9	-21,4
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	36.157,6	28.061,3	109.253,2	101.497,8	-8.096,4	-22,4
II.2 Fundos Constitucionais	1.800,1	1.880,9	4.899,0	4.606,3	80,8	4,5
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.059,8	1.902,1	6.601,3	6.714,2	-157,8	-7,7
II.4 Exploração de Recursos Naturais	7.995,6	5.889,2	19.456,1	18.094,5	-2.106,4	-26,3
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	429,1	393,0	0,0	-
II.6 Demais	37,5	33,4	272,0	233,1	-4,2	-11,1
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	183.243,8	118.974,2	624.575,0	526.891,5	-64.269,6	-35,1
IV. DESPESA TOTAL	209.792,2	440.468,0	653.885,6	944.243,8	230.675,9	110,0
IV.1 Benefícios Previdenciários	95.364,3	151.724,9	289.688,1	357.791,7	56.360,6	59,1
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	48.064,4	52.444,6	149.324,9	152.586,3	4.380,1	9,1
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	25.752,4	200.641,5	105.565,9	324.013,4	174.889,1	679,1
IV.4 Despesas do Poder Exe. Sujeitas à Prog. Financeira	40.611,0	35.657,0	109.306,7	109.852,4	-4.954,0	-12,2
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-26.548,3	-321.493,8	-29.310,7	-417.352,3	-294.945,5	1.111,0
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	839,6	0,0	2.756,0	930,5	-839,6	-100,0
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA- COMPETÊNCIA	-1.074,2	-479,1	397,0	660,6	595,0	-55,4
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.380,9	-299,3	1.483,5	-1.479,8	-1.680,2	-121,7
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-25.402,0	-322.272,2	-24.674,2	-417.241,0	-296.870,2	1.168,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista o desarranjo ocasionado pela pandemia do vírus SARS-CoV-2 (novo coronavírus) sobre as receitas e despesas da União, as projeções para o resultado primário de 2020 também foram significativamente alteradas, indicando, por conseguinte, elevação no déficit das contas públicas impulsionado por uma série de medidas tanto do Governo Central quanto de Estados e Municípios.

O fechamento de empresas, o aumento do desemprego, a redução da renda e, consequentemente, a brusca redução na demanda ocasionada pela quarentena e o distanciamento social, diminuiu significativamente a arrecadação tributária. A arrecadação caiu de R\$ 231 bilhões no terceiro bimestre de 2019 para R\$ 156 bilhões no mesmo período de 2020, redução de mais de 32% no total receita da união.

Concomitantemente, estando às portas de uma severa crise econômica, fez-se necessário utilizar-se de política fiscal expansionista em que o Governo Federal, mesmo relutando em primeiro momento, passou a atuar em diversas frentes. Dentre elas, pode-se listar algumas das mais onerosas, como por exemplo o enfrentamento direto da emergência de saúde pública (R\$ 44,2 bilhões), benefício emergencial a formais (R\$ 51,6 bilhões) e o auxílio financeiro aos demais entes federados relacionados ao

Programa Federativo de Enfrentamento da COVID-19 (R\$ 60,1 bilhões). Apesar de serem diversas as medidas fiscais tomadas para o enfrentamento da pandemia, o Auxílio Emergencial a Vulneráveis foi a maior despesa da lista auferindo os R\$ 152,4 bilhões. Na sua totalidade, as despesas extraorçamentárias no primeiro semestre de 2020 chegam a R\$ 403,87 bilhões.

Com tais modificações nas estruturas orçamentárias de caráter extraordinário, o Brasil fecha o primeiro semestre de 2020 com um déficit primário de R\$ 417,2 bilhões. A estimativa para o final do exercício é de R\$ 877,8 bilhões. À título de comparação, o maior déficit primário registrado em um ano desde o lançamento do plano real havia sido de R\$ 155,8 bilhões em 2016.

Apesar do elevado déficit primário previsto para 2020, o governo será capaz de financiar tais despesas. Entretanto, a herança que será deixada pela pandemia a médio prazo será o maior problema. A Instituição Fiscal Independente (IFI) estima que a dívida pública em 2021 seja 98,6% do PIB e que esse valor ultrapasse os 100% em 2022.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

II) Finanças Públicas Maranhenses
a. Receitas

Comparativo das Receitas Brutas Estaduais do Maranhão do 3º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período. Valores em R\$. Variação em (%)

Descrição das Receitas	3º Bimestre 2019	Acumulado 2019*	3º Bimestre 2020	Acumulado 2020*	Var 3ºbi (%)	Var Acn (%)
Receitas Correntes	3.215.874,44	9.675.141,03	3.226.959,20	10.004.746,56	0,3%	3,3%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.480.491,57	4.433.444,31	1.283.612,76	4.388.104,00	-15,3%	-1,0%
IMPOSTOS	1.431.307,66	4.262.489,31	1.246.666,85	4.248.331,35	-14,8%	-0,3%
ICMS	1.243.316,30	3.594.613,17	1.015.200,80	3.651.432,65	-22,5%	1,6%
IR	109.538,18	295.405,47	159.279,93	307.496,63	31,2%	3,9%
IPVA	70.884,29	339.475,22	69.626,67	280.906,40	-1,8%	-20,8%
Outros Impostos	5.101,76	24.897,64	0,00	0,00		
ITCD	2.467,13	8.097,82	2.559,44	8.495,67	3,6%	4,7%
TAXAS	49.183,92	170.954,99	36.945,91	139.772,64	-33,1%	-22,3%
Outras Receitas Correntes	29.550,13	84.176,52	22.337,81	65.804,79	-32,3%	-27,9%
Receita de Serviços	49,22	235,56	26,65	228,19	-84,7%	-3,2%
Receita Patrimonial	11.023,33	37.614,41	10.459,23	39.344,42	-5,4%	4,4%
Transferências Correntes	1.573.626,71	4.849.216,48	1.759.409,40	5.220.655,94	10,6%	7,1%
Transferências da União e de suas Entidades	1.440.645,49	4.446.293,56	1.660.215,82	4.904.265,59	13,2%	9,3%
FPE	1.240.351,04	3.744.613,35	965.677,55	3.495.310,97	-28,4%	-7,1%
FUNDEB	97.376,52	402.975,09	99.075,84	440.293,36	1,7%	8,5%
SUS	72.712,27	189.614,18	122.297,30	329.169,56	40,5%	42,4%
Outras Transferências da União e de Suas Entidades	30.205,67	109.090,94	473.165,14	639.491,70	93,6%	82,9%
Transferências de Instituições Privadas	431,30	2.731,46	518,00	2.151,28	16,7%	-27,0%
Transferências de Outras Instituições Públicas	132.549,92	400.191,47	98.675,58	314.239,07	-34,3%	-27,4%
Receita de Contribuições	121.133,48	270.453,75	151.113,35	290.609,22	19,8%	6,9%
Receitas Correntes - INTRA	133.015,47	508.026,71	168.615,79	298.420,37	21,1%	-70,2%
Receitas de Capital	47.022,95	109.417,37	523,79	97.865,48	**	-11,8%
Alienação de Bens	0,00	0,08	238,11	1.479,59	100,0%	100,0%
Operações de Crédito	19.929,35	70.531,00	0,00	46.163,12		-52,8%
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	7.263,12		100,0%
Operações de Crédito - Mercado Interno	19.929,35	70.531,00	0,00	38.900,00		-81,3%
Outras Receitas de Capital	21.291,69	31.699,58	2,18	49.800,74	**	36,3%
Transferências de Capital	5.801,91	7.186,70	283,49	422,03	**	**
Receitas Intra Orçamentárias de Capital	103.530,67	103.530,67	0,00	0,00		-
Total Geral	3.499.443,53	10.396.115,78	3.396.098,77	10.401.032,41	-3,0%	0,0%

Fonte: SEPLAN/MA

*acumulado até junho ** variação acima de 1000% decorrente de alguma mudança metodológica ou estrutural (Verificar explicação no texto)

As receitas do Estado do Maranhão, em 2020, assim como as de todas as Unidades Federativas e do Governo Central, sofreram frustrações significativas a partir do mês de março quando comparadas com 2019. As principais perdas para os entes subnacionais ocorreram na arrecadação tributária e nas transferências constitucionais.

Pensando em atenuar os impactos nos Governos estaduais, foram aprovadas medidas emergenciais de **Auxílio Emergencial** através de Transferências compensatórias da União. Essa medida tem como principais objetivos igualar os repasses das Transferências Constitucionais dos Entes com o exercício anterior e mitigar as perdas de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

No ano corrente, portanto, as receitas do Maranhão acumuladas até junho somaram R\$ 10,4 bilhões, valor que pode ser considerado constante quando comparado com o mesmo período

de 2019 (R\$ 10,39 bilhões). Esse resultado atenuante deriva principalmente dos recursos advindos da União, mas também é reflexo da retomada do crescimento das arrecadações no período pré-pandemia – destacadamente de ICMS.

Ressalta-se que embora as medidas emergenciais tenham equilibrado o ano corrente com 2019, isso não significa que os impactos nas finanças públicas do Maranhão não tenham representado frustrações significativas. Nesse sentido, deve-se considerar três pontos essenciais: 1) que o orçado para 2020 na Lei Orçamentária Anual (LOA) é superior ao resultado de 2019; 2) que havia um crescimento acelerado da arrecadação no pré-pandemia, superando o estimado na LOA 2020; e 3) que as despesas estaduais cresceram através das medidas de enfrentamento da pandemia, principalmente, nos investimentos atinentes à Saúde, Assistência Social e dos respectivos custeios com equipamentos e novas instalações hospitalares que elevaram Outras Despesas Correntes.



i. Receitas de Transferências

As receitas de Transferências do Maranhão, no acumulado até o mês de junho, apresentaram crescimento de 7,1% quando comparado com mesmo período de 2019. A mesma comparação entre os 3º bimestres registrou crescimento de 10,6%. Essa alta, contudo, decorre de transferências extraordinárias, uma vez que as receitas do **FPE** e **FUNDEB**, isoladamente, registraram quedas significativas e a tendência de repasses para o **Sistema Único de Saúde – SUS** também caminha no mesmo rumo. Esse fenômeno artificial se deu em duas frentes para o combate da guerra contra a pandemia da COVID-19.

A primeira frente da União foi a ampliação dos repasses do **SUS**, tendo em vista a sobrecarga das redes hospitalares, e a necessidade imediata de construir novos leitos, adquirir equipamentos para tratamento e testagem da COVID-19 e das contratações de mais médicos e enfermeiros para atender o crescente número de pessoas com suspeita da doença.

A segunda linha de combate à pandemia foi a compensação financeira das perdas das Transferências Constitucionais através do Fundo de Participação dos Estados – **FPE**, recurso que está

ii. Receitas Tributárias

No geral, as Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria) são muito voláteis às alterações da atividade econômica em âmbito nacional. Dessa forma, a pandemia afetou negativamente a arrecadação do Estado. Contudo, seu efeito sobre a economia e consequentemente das receitas estaduais iniciou-se a partir de março. Assim, os resultados acumulados dos três bimestres (-1,0%) só não foi pior devido a ótima arrecadação dos meses de janeiro e fevereiro, nos quais a atividade nacional e a estadual ensaiavam a recuperação econômica. No comparativo entre os 3º bimestres (2020/2019) o resultado desta rubrica já ilustra o potencial devastador da pandemia, com uma frustração de 15,3% (-196,9 milhões).

O **ICMS** é a receita mais elástica às transformações na atividade econômica e, também – na média das Unidades Federativas, a mais importante fonte de recursos próprios. Por isso, o tributo foi o principal vetor das diferenças no comparativo entre os 3º bimestres e o acumulado até o período.

No início de 2020, a média mensal esperada para arrecadação de ICMS era de R\$ 780 milhões - expectativa otimista de crescimento ao longo do ano. No entanto, esse média do primeiro semestre ficou de R\$ 608,5 milhões, -21,9% menor em relação às expectativas. Ao compararmos com o mesmo período de 2019, houve registro de crescimento de 1,5%, e no comparativo entre os bimestres o comportamento foi de queda de -14,8% (-

atrelado a arrecadação tributária da União e ao nível de atividade econômica.

As receitas que compõem o FPE – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) - foram fortemente penalizadas pela crise da pandemia, assim como o ICMS, tributo que também está fortemente vinculado a atividade econômica, pois origina da comercialização de bens e serviços dentro dos Estados.

Dito isso, a conta “Outras Transferências da União e de suas Entidades” somou R\$ 639,5 milhões no acumulado até junho de 2020, valorização de 93,6% contra o mesmo período do ano anterior.

As medidas de auxílio financeiro aos Estados conduzidas pelo Governo Central até o mês de junho foram originárias da Medida Provisória - **MP 938/2020** e da Lei Complementar Federal - **LC 173/2020** – incisos I e II, que junto com outras transferências institucionais e privadas somaram no Maranhão R\$ 415.791.510,32, cobrindo o *gap* existente em relação ao recebido em 2019.

184,6 milhões), demonstrando a importância do ICMS e peso do seu impacto devido à pandemia.

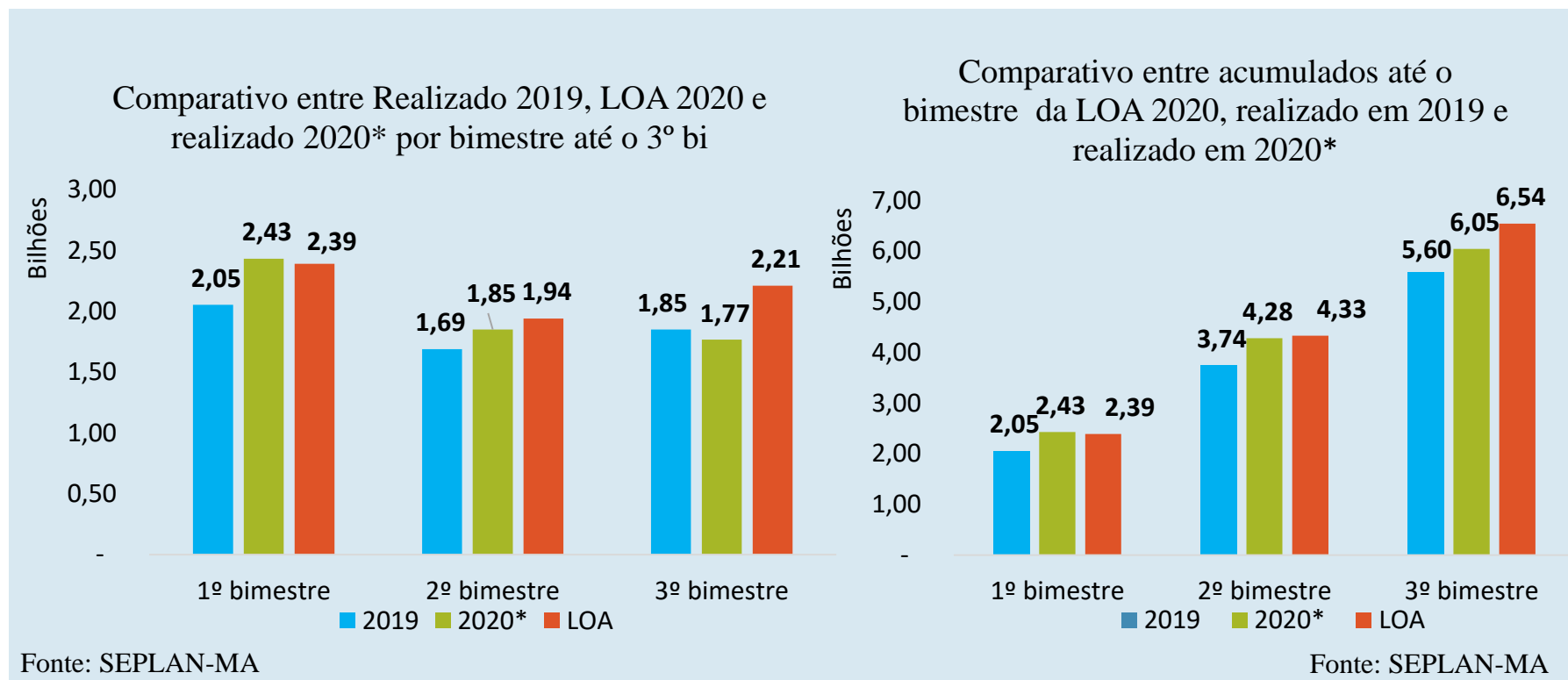
Para o **IPVA** a queda derivou de dois fatores: 1) redução do número de aquisição de veículos, decorrente da crise econômica; e 2) alteração no **calendário de pagamento** das parcelas do IPVA, com início da 1ª cota em maio, a 2ª cota no decorrer de junho e a 3ª cota até o final de julho de 2020 – com os prazos de acordo com a numeração da placa. Além disso, as fiscalizações só teriam início em agosto desse ano.

Apesar da redução do nível de emprego no Estado, a receita de **Imposto de Renda – IR** aumentou em 2020. Isso derivou da estabilidade do IR estadual ser vinculado a servidores públicos, que não ficaram vulneráveis às oscilações provenientes da pandemia e, sobretudo, de um esforço da Gestão Pública Estadual em aprimorar os sistemas de recolhimento e na coordenação dos agentes públicos.

A maior arrecadação do **Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD** também deriva do aprimoramento da gestão de recolhimento, mas pode estar associada à um número maior de óbitos de pessoas em idade avançada que foram acometidas pela COVID-19.



iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020



No comparativo das receitas totais de 2020 com os resultados de 2019, até o 3º bimestre, nota-se que houve frustração. Deve-se reiterar que os resultados de 2019 não condizem com o esperado para 2020; dessa forma esse painel-seção realiza a comparação das receitas líquidas (retiradas as deduções e repasses aos municípios e sem as transferências de auxílio governamental) da LOA 2020² com os resultados de 2019 e 2020 para o mesmo período por bimestre e entre bimestres, o que também facilita visualizar as observações citadas na seção anterior, evidenciando, dessa maneira, que o 1º bimestre do ano obteve resultados superiores a 2019 e ao esperado na Lei Orçamentária.

Quando comparado com a LOA 2020, os resultados do 3º bimestre de 2020 significaram a frustração de R\$ 443,7 milhões e no acumulado do ano até junho R\$ 493,5 milhões. Sobre este último aspecto, os principais resultados negativos foram: FPE (- R\$

1,1 bilhão), de Taxas (- R\$ 43,8 milhões) e de IR (- R\$ 29,8 milhões). As maiores frustrações de ICMS se concentraram em maio e junho, período em que perduraram as quarentenas e o *lockdown*. No comparativo somente entre os 3º bimestres, as perdas ficaram centralizadas no FPE (-R\$ 500,1 milhões, Taxas (-R\$ 16,5 milhões) e FUNDEB (-R\$ 5,6 milhões).

As diferenças em relação ao Orçado na LOA de 2020 ainda não retratam a realidade das expectativas para o ano, tendo em vista que os orçamentos anuais refletem as projeções realizadas até junho do ano anterior. As perdas atuais para o Maranhão, visualizando o custo de oportunidade do crescimento econômico, projetado por esta Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) é de pelo menos R\$ 700 milhões, isso, sem considerar o crescimento das despesas.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2020 realizado x Orçado na LOA 2020 - Principais Receitas

Principais receitas	1º bimestre 2020	2º bimestre 2020	3º bimestre 2020*	Acumulado
ICMS	335.095.746,87	187.078.107,22	20.216.061,28	542.389.915,37
IR	- 26.471.356,69	- 10.230.164,25	6.901.246,20	- 29.800.274,74
ITCD	1.400.076,54	- 243.487,00	285.243,78	1.441.833,32
IPVA	5.651.327,90	- 12.490.953,47	2.090.046,08	- 4.749.579,49
CIDE	- 1.519.314,77	- 1.135.554,26	40.923,05	- 2.613.945,97
Taxas	- 3.576.487,85	- 23.772.951,66	- 16.515.987,33	- 43.865.426,83
FPE	- 285.279.774,75	- 304.515.878,90	- 503.168.237,65	- 1.092.963.891,31
FUNDEB	10.431.026,84	2.407.343,25	- 5.644.724,39	7.193.645,69
SUS	5.340.385,01	72.004.526,74	52.075.683,56	129.420.595,30
Total	41.071.629,10	- 90.899.012,33	- 443.719.745,42	- 493.547.128,65

Fonte: SEPLAN/MA

² Para essa estimativa bimestral poder ser realizada com a LOA 2020, utilizou-se as principais receitas que somam em média a.a. de 2008 até 2020, 95% do

total das receitas. São elas: ICMS, IR, ITCD, CIDE, IPVA, FPE, FUNDEB, SUS e Taxas.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

b. Despesas

Comparativo das Despesas¹ do Setor Público Maranhense do 3º bimestre de 2019 e 2020, acumulados até o período e variação (%)

Descrição das Despesas	3º Bimestre 2019	Acumulado 2019*	3º Bimestre 2020	Acumulado 2020*	Var 3ºbi (%)	Var Acm (%)
DESPESAS CORRENTES	2.594.820,33	7.174.455,27	2.585.625,83	6.946.345,36	-0,4%	-3,0%
Juros e Encargos da Dívida	32.282,41	197.137,19	1.625,17	109.189,18	-95,0%	-45,0%
Pessoal e Encargos Sociais	1.781.124,57	4.672.996,69	1.862.792,59	4.357.590,39	4,6%	-7,0%
Outras Despesas Correntes	781.413,35	2.304.321,40	721.208,07	2.479.565,80	-7,7%	8,0%
DESPESAS DE CAPITAL	451.386,57	1.020.549,15	103.901,97	682.058,59	-77,0%	-33,0%
Amortização da Dívida	151.720,42	433.967,97	4.864,48	247.248,89	-96,8%	-43,0%
Inversões Financeiras	103.530,67	103.530,67	0,00	10.747,94	-100,0%	-90,0%
Investimentos	196.135,47	483.050,51	99.037,49	424.061,76	-49,5%	-12,0%
Total Geral	3.046.206,90	8.195.004,42	2.689.527,81	7.628.403,96	-12%	-7%

Fonte: SEPLAN/MA.¹Despesas empenhadas até o período.

Em meio a qualquer crise, seja ela financeira, econômica, política, institucional, as despesas que na essência são destinadas para obras, instalações, aquisição de equipamentos etc., tendem a sofrer impactos negativos. E com a pandemia do novo coronavírus não foi diferente.

No geral, a principal variação no comparativo bimestral se deu nas Despesas de Capital (-77%), redução de R\$ 347,5 milhões que decorreu de valores menores no pagamento de Amortização da Dívida (-96,8%), Investimentos (-49,5%) e de nenhum registro, até o momento, na conta de Inversões Financeiras. Na análise entre os acumulados até o 3º bimestre, a principal variação, continua na conta de Despesas de Capital (R\$ -338,5 milhões) cujo maior impacto advém do 3º bimestre. Por conta da [Lei Complementar 173](#), que fez frente a problemática da pandemia e serviu de auxílio aos estados, o Maranhão não precisou realizar os pagamentos atinentes às dívidas internas com a União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil.

Por outro lado (Despesas Correntes), no mesmo contexto de crise, a tendência é que se mantenha o funcionamento dos órgãos públicos, bem como os seus equipamentos, objetivando não cessar o fornecimento de serviços à sociedade. Neste caso, em especial, na área da saúde onde houve forte expansão de novos leitos para suportar a demanda decorrente da COVID-19.

Desse modo, as Despesas Correntes, no comparativo entre os bimestres, caíram (-0,4%) e, no acumulado, o tombo foi -3%. O principal vetor dessa redução advém das Despesas de Pessoal que

entre acumulados até o período caíram R\$ 315,4 milhões (-7%), mas no comparativo entre bimestres com Pessoal e Encargos sociais, que entre os bimestres cresceu R\$ 175,2 milhões (4,6).

No agregado das despesas, em comparação entre os 3º bimestres de 2019 e 2020, houve redução de R\$ 3 bilhões para R\$ 2,7 bilhões (-12%), enquanto o valor acumulado dos seis primeiros meses caiu, saindo de R\$ 8,2 para R\$ 7,6 bilhões (queda de -7%). Esses números são importantes para evidenciar o ajuste realizado pelo lado das despesas, vis-à-vis as frustrações de receitas.

Quando se adentra no comparativo entre os Poderes, observa-se que somente o Poder Executivo reduziu suas despesas, tanto no comparativo dos 3º bimestres como entre os acumulados de janeiro a junho de 2019 com 2020. Na comparação do acumulado até 3º bimestre, considerando o peso relativo dos valores, o Poder Judiciário foi o que mais ampliou suas despesas (+7,18%), seguido pelo Legislativo (+5,6%), Ministério Público (+3,57%). A Defensoria Pública, em termos percentuais teve o maior crescimento das despesas +10,7%, embora tenha o menor peso relativo.

O Poder Executivo diminuiu em 9,26% suas despesas. À título de comparação, se utilizarmos o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulado dos últimos 12 meses, encerrados em junho de 2020, teríamos 2,12%. Em outras palavras, podemos afirmar que as despesas de natureza corrente e de capital do Judiciário e do Legislativo cresceram quase 3 vezes em relação ao nível de preços.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

TÓPICOS EXTRAS

1. Auxílio Emergencial

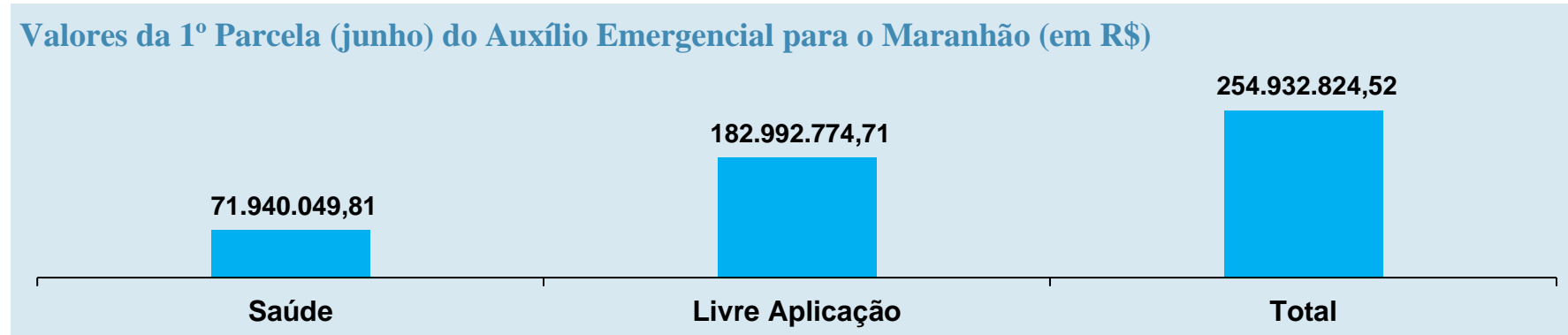
O Governo Federal, como medida de atenuação dos efeitos da crise pandêmica, através da [Lei Complementar nº 173](#), de 27 de maio de 2020, autorizou o repasse total de R\$ 37 bilhões segmentado entre todos os governos estaduais. Desse montante, R\$ 7 bilhões serão destinados exclusivamente para ações de saúde e assistência social e os outros R\$ 30 bilhões para mitigação dos efeitos econômicos da crise.

Segundo o art. 5º da LC nº 173, são quatro parcelas mensais e a distribuição obedece alguns critérios, como a taxa de incidência de casos segundo o Ministério da Saúde e a população apurada pelo IBGE, exceto o Distrito Federal que recebe as quatro parcelas com o valor equivalente a sua cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM do exercício de 2019.

Da parcela destinada à amenização dos efeitos financeiros, correspondente ao montante de R\$ 30 bilhões, o anexo da [Lei](#) prevê

o repasse de R\$ 731,9 milhões ao Estado do Maranhão, o que mensalmente equivale à R\$ 182,9 milhões a serem repassados de junho a setembro deste ano.

Somado a isso, o Estado também recebe a parcela destinada aos serviços de saúde e assistência social, previstos no inciso I do art. 5º da LC. Esse valor varia mensalmente, uma vez que depende do número de incidência de casos da COVID-19 no Estado. Nesse sentido, à medida que há resultados efetivos em relação às medidas de prevenção aplicadas, espera-se que esse repasse se reduza mensalmente, visto que o número de infectados apresenta tendência baixista. A **Tabela abaixo** apresenta os valores dos repasses recebidos no mês de junho. A estimativa é que somente o repasse financeiro para livre aplicação se aproxime de R\$ 750 milhões, sem considerar os recursos destinados especificamente para a saúde, os quais possuem variação mensal.



Fonte: STN; SEPLAN/MA.

Além da [Lei Complementar nº 173](#), houve a previsão de transferência de recursos extraordinários através da [Medida Provisória nº 938](#) publicada em abril pelo Governo Federal, cujo objetivo é semelhante: mitigar as dificuldades financeiras por conta da emergência de saúde pública. Neste caso, compensando as perdas decorrentes do FPE e igualando-as com os mesmos valores de 2019.

Por se tratar de uma pandemia de fácil contágio, os governos de vários os países incentivaram a população a adotarem a quarentena, não promover aglomeração e aderir outras medidas de distanciamento social. Por consequência, shoppings, lojas, empresas de diversos ramos entraram em crise, e até mesmo falência - em razão da redução da demanda por várias categorias de produtos e serviços. Como consequência, houve efeito negativo em cascata sobre a demanda agregada, aumentando o número de produtos em estoque, o desemprego e a quantidade de fechamento de empresas e estabelecimentos. E ainda como efeito indireto: a queda de cerca de 14% na arrecadação de impostos e taxas do Governo Central em relação ao primeiro semestre do ano anterior.

A [Constituição Federal](#), no art. 159, detalha que a União deverá entregar aos Estados e Municípios 44% da receita de Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) por meio dos Fundos de Participação (FPE e FPM). Uma vez que ocorre queda abrupta na arrecadação, o repasse também é afetado, como ilustra a Tabela abaixo, cuja redução no repasse foi de aproximadamente R\$ 7,7 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado.

Nesse contexto, a [MP 938](#) teve como objetivo prestar apoio financeiro aos Estados e Municípios, e ao Distrito Federal, através do repasse do valor correspondente à variação de março a junho de 2020 em relação a 2019 para cada ente federativo. O art. 2º da [MP 938](#) dispõe que o valor total do repasse será de R\$ 16 bilhões segmentado entre todos os Estados e Municípios mensalmente, segundo o impacto da queda do FPE e FPM. À priori, serão 4 mensalidades, havendo ainda a possibilidade de prorrogação.

Entre abril e junho, o Maranhão recebeu cerca de R\$ 224 milhões deste apoio financeiro e a estimativa é de que o acumulado até novembro (considerando a prorrogação) esteja entre R\$ 500 e R\$ 600 milhões.

Receitas e Transferências do Governo Central - 1º semestre de 2019 e 2020 (em milhões)

Discriminação	jan-jun 2019	jan-jun 2020	Var. Absoluta	Var. %
RECEITA TOTAL (A=B+C)	765.485,6	658.430,3	-107.055,3	-13,99%
Receita Administrada pela RFB ¹ , exceto RGPS ² (B)	481.189,0	418.845,7	-62.343,2	-12,96%
Imposto sobre Produtos Industrializados	25.673,4	22.223,6	-3.449,9	-13,44%
Imposto sobre a Renda	211.554,2	202.798,5	-8.755,6	-4,14%
Outras Impostos ³	243.961,4	193.823,6	-50.137,8	-20,55%
Outras Fontes de Receita ⁴ (C)	284.296,6	239.584,6	-44.712,0	-15,73%
TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (D=E+F)	140.910,6	131.538,8	-9.371,8	-6,65%
FPM / FPE / IPI-EE ⁵ (E)	109.253,2	101.497,8	-7.755,4	-7,10%
Outras Transferências (F)	31.657,5	30.041,0	-1.616,5	-5,11%
RECEITA LÍQUIDA (A-D)	624.575,0	526.891,5	-97.683,4	-15,64%

Fonte: STN; ¹ Receita Federal do Brasil; ² Regime Geral de Previdência Social; ³ Receitas de Impostos de Importação, IOF, COFINS, PIS/PASEP, CSLL, CPMF, CIDE Combustíveis e Outras; ⁴ Incentivos Fiscais, Arrecadação Líquida para o RGPS e Receitas Não Administradas pela RFB; ⁵ IPI-Exportação